

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. ("Pan", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 13 de junho de 2014, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) o aumento do capital social do Banco Pan no valor de até R\$1,5 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes ("Aumento em ON e PN"), de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, e (ii) submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$1,5 bilhão, com a criação e emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Em 27 de junho de 2014, foi homologada pelo Bacen a alteração da denominação social da companhia para Banco Pan S.A..

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal ("Caixa") firmou com o Banco, com a intervenção da BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o saldo limite de R\$9,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar pelo prazo de 7 anos a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a intervenção e anuência da Caixa Participações S.A. ("Caixapar") e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabeleceu um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 1º trimestre de 2014, após ajustes para efeitos sazonais, avançou 0,2% em relação ao trimestre anterior e expandiu-se 1,9% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da oferta, as atividades agrícolas registraram o melhor resultado, ao crescer 3,6% em relação ao trimestre anterior, mas ressaltando que o bom desempenho ocorreu após quedas de 3,5% e 0,5% nos dois últimos trimestres, respectivamente. Já em relação ao mesmo período de 2013, a agricultura cresceu 2,8%. Ainda no campo positivo, as atividades de serviços cresceram 0,4% em relação ao trimestre anterior e 2,0% na comparação com o mesmo período de 2013, próximo do que tem ocorrido nos últimos trimestres. A indústria teve queda na atividade pelo terceiro trimestre consecutivo, apresentando redução de 0,8% na comparação com o trimestre anterior. É válido lembrar que a última contração da indústria durante três trimestres ocorreu em 1996. Com este resultado, a indústria registrou crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando bem abaixo da média do resultado apresentado nos três trimestres anteriores e retornando aos níveis de produção do 1º trimestre de 2011.

Do lado da demanda, após uma série de nove trimestres com crescimento, o consumo das famílias caiu marginalmente no 1º trimestre de 2014 em comparação com o trimestre anterior, apresentando uma redução de 0,1% e registrou expansão de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O investimento caiu 2,0% na comparação com o trimestre anterior, confirmando a terceira queda trimestral consecutiva e se mantendo em território negativo em relação ao mesmo período de 2013, apresentando redução de 2,0%. Com isso, a taxa de investimento em relação ao PIB recuou para 17,7%, abaixo do observado recentemente e próxima do 1º trimestre de 2009. Por outro lado, o consumo do governo registrou mais uma leitura positiva ao crescer 0,7% e permanecer alinhado com sua média histórica. Finalmente, no setor externo, na comparação com o trimestre anterior, as exportações caíram 3,3% enquanto as importações aumentaram 1,4%.

Ainda referente ao setor externo, notamos que o déficit da conta corrente ficou em US\$6,6 bilhões em maio. Com este resultado, o déficit acumulado em 12 meses subiu para US\$81,9 bilhões, representando 3,6% do PIB. O resultado acumulado em 12 meses, para o balanço de pagamentos com um todo, também registrou déficit em maio, mas ficou um pouco abaixo do déficit registrado em abril (US\$5,3 bilhões e US\$6,4 bilhões respectivamente). É válido ressaltar que os saldos do balanço de pagamentos vêm se deteriorando desde meados de 2011, apesar de ter apresentado superávits até meados de 2013. A deterioração no balanço de pagamentos decorre da combinação de uma redução no superávit da conta financeira com um aumento no déficit da conta corrente.

A respeito da inflação, o IPCA de junho avançou 0,4% em relação a maio. A menor inflação em itens com preços administrados e a deflação nos alimentos foram centrais na desaceleração do crescimento do índice frente aos 0,5% registrado em maio. No entanto, nos demais itens do segmento com preços livres (excluindo alimentação), a inflação surpreendeu para cima, especialmente nas atividades de serviços, e assim, a inflação acumulada em 12 meses ficou em 6,5%, superando o limite superior da meta.

No mercado de trabalho, os dados do 1º quadrimestre deram sequência às principais tendências recentes, que continuam a mostrar sinais de enfraquecimento na expansão do emprego e da renda, apesar das taxas de desemprego permanecerem nos mínimos históricos. De janeiro a abril, a taxa de desemprego flutuou em torno de 5%, ficando cerca de 0,5% abaixo dos 5,6% do mesmo período no ano passado. No entanto, a população empregada está com dificuldades para crescer, e o desemprego tem se mantido baixo principalmente por força da constante queda na Taxa de Participação (PEA/PIA). Os números de geração de emprego formal do Ministério do Trabalho (Caged) também indicam barreiras crescentes. Em maio, foi registrada a criação líquida de 59 mil empregos, que foi o menor saldo para maio desde 1992. Pelo terceiro mês mais alto nível desde julho de 2012. A taxa para operações com pessoas físicas subiu pelo quinto mês consecutivo, passando de 42,0% para 42,5%, atingindo seu mais alto nível desde julho de 2012. A taxa para operações com pessoas jurídicas também subiu em maio, mas apenas marginalmente, de 22,9% para 23,0%. Ressaltamos, finalmente, que após três meses de estabilidade em 6,5%, a inadimplência das pessoas físicas no crédito livre subiu para 6,7% em maio, retornando para o nível observado em dezembro do ano passado.

Sobre a situação fiscal, o setor público consolidado (governo central, governos regionais e empresas estatais) registrou déficit de R\$11,0 bilhões em maio. No mês anterior, o resultado havia sido um superávit de R\$16,9 bilhões e, em maio de 2013, de R\$5,7 bilhões. Com isso, o superávit acumulado em 12 meses caiu para 1,5% do PIB, abaixo da meta de 1,9% para 2014. A maior parte do resultado veio do governo central, que teve um déficit de R\$11,1 bilhões, levando o acumulado de 12 meses para 1,2% do PIB, abaixo da meta do ano de 1,6%.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito apresentou crescimento em relação ao mesmo semestre do exercício anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a originação de créditos atingiu média mensal de R\$1.223,3 milhões no 1º semestre de 2014, 4,6% acima dos R\$1.169,6 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação de créditos teve média mensal de R\$1.210,0 milhões, 2,1% abaixo dos R\$1.236,6 milhões do 1º trimestre de 2014 e 3,8% inferior aos R\$1.257,6 milhões do 2º trimestre de 2013, em função de uma combinação de fatores como, por exemplo, Copa do Mundo, a nova dinâmica de crédito consignado devido à portabilidade, o momento do mercado de veículos e o aperfeiçoamento na esteira de originação do crédito imobiliário, como já feito em outras linhas de negócio para suportar o crescimento planejado.

A Carteira Total de Crédito era de R\$16.101,9 milhões ao final do 2º trimestre de 2014, 0,6% menor do que a carteira de R\$16.206,8 milhões em março de 2014 e 9,1% maior do que os R\$14.764,4 milhões de junho de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$15,9 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$244,8 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$15.857,1 milhões no fim do 2º trimestre, com crescimento de 0,1% em relação ao trimestre anterior e de 13,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013. O crescimento foi baixo em relação ao trimestre anterior em função do maior volume de cessão de crédito sem coobrigação para enquadramento do capital regulatório, que será endereçado com o Aumento em ON e PN.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 76,8% da carteira total em junho de 2014, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 78,8% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de junho de 2013.

Em 30 de junho de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$16.123,3 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$186,6 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando queda real de 3,3% em relação ao trimestre anterior e de 9,6% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 24,6% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,6% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 21,3% no trimestre em relação ao trimestre anterior e de 61,2% nos últimos 12 meses, totalizando R\$4,9 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 4,9% no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,1.p.p. em relação ao 1º trimestre do ano e queda de 1,2.p.p. em relação ao mesmo período do ano de 2013. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No 2º trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 23,0% a.a., recuo de 0,5.p.p. em relação ao trimestre anterior e avanço de 3,5.p.p. em 12 meses.

De acordo com a Fenabrave, foram vendidas 3,1 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 2º trimestre de 2014, queda de 1,5% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 2,9% e as vendas de novos registrando queda de 12,2%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 1,8% no mercado de veículos usados e recuo de 4,8% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 133,6 mil unidades no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 7,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com forte queda de 13,4% no segmento de novos e retração de 5,1% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve expansão de 5,4% no mercado de pesados novos e de 1,8% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabrave, as vendas de motos no 2º trimestre de 2014 totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 9,2% no segmento de motos novas e alta de 6,1% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 7,0% no mercado de motos novas e alta de 1,0% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece sendo o principal mercado de atuação da Companhia. No 1º semestre de 2014, foram concedidos R\$3.115,9 milhões em novos financiamentos de veículos, valor 5,9% menor do que os R\$3.310,7 milhões originados no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, foram concedidos R\$1.556,0 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 0,3% menor do que os R\$1.559,9 milhões originados no trimestre anterior e 11,1% menor do que os R\$1.750,5 milhões originados no 2º trimestre de 2013, em função do momento do mercado de financiamento de veículos.

O Banco está ativamente presente em 7.680 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 11,0% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 1º semestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,4% do financiamento de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 61,3% e 50,7% do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,3% dos financiamentos de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 56,5% e 45,9% do trimestre anterior e aos 63,2% e 53,1% do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$40,6 milhões no 1º semestre de 2014, 11,3% acima do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção média mensal de veículos pesados foi de R\$42,7, 10,9% acima do trimestre anterior e 25,2% acima do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$55,3 milhões no 1º semestre de 2014, 6,5% abaixo do 1º semestre de 2013, e média mensal de R\$52,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 10,6% abaixo do trimestre anterior e 11,2% abaixo do 2º trimestre de 2013.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$340,2 bilhões no 2º trimestre de 2014, acumulando altas reais de 1,6% e 4,7% em relação ao trimestre anterior e na comparação com o mesmo período de 2013, respectivamente. A modalidade representa 44,9% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$238,0 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 2,1% e 6,7% em relação ao trimestre anterior em no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para servidores públicos foi o que registrou maior expansão real anual, com aumento de 7,3%, seguido por beneficiários do INSS, com expansão de 7,0%, e trabalhadores privados com avanço de 1,2%. Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$102,2 bilhões, registrando avanço real de 0,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e expansão de 0,3% real em 12 meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 3,9% do saldo de crédito pessoal total, estável em relação ao trimestre anterior e com recuo de 0,3.p.p. nos últimos 12 meses. A inadimplência recuou, no comparativo anual, tanto no segmento não-consignado quanto no segmento com consignação em folha de pagamento. Destaque para a queda de 0,3.p.p. em 12 meses no segmento de consignado para servidores públicos, atingindo 2,5% do saldo no período.

O Pan concedeu R\$1.896,9 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS no 1º semestre de 2014, valor 37,2% maior do que os R\$1.382,4 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção de crédito consignado atingiu R\$845,8 milhões, valor 19,5% menor do que os R\$1.051,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 5,3% acima dos R\$803,1 milhões originados no 2º trimestre de 2013, influenciado por alguns fatores, por exemplo, nova dinâmica trazida pela portabilidade. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$241,9 milhões em novos financiamentos no 1º semestre de 2014, com redução de 16,3% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Houve redução, no 2º trimestre de 2014, de 4,6% em relação ao trimestre anterior e de 19,9% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$765,3 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 0,1% e -1,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e em 12 meses, respectivamente. Esta carteira representa, atualmente, 15,2% do PIB, recuo de 0,3.p.p. em 12 meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$389,0 bilhões, representando 50,8% do saldo de crédito livre PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,4% da carteira de crédito no 2º trimestre de 2014, registrando alta de 0,1.p.p. na comparação com o trimestre anterior, e recuo de 0,1.p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,1.p.p. em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o patamar de 3,8% do saldo no 2º trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$1.721,0 milhões no 1º semestre de 2014, valor 5,2% maior do que os R\$1.635,9 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação para empresas foi de R\$949,9 milhões, valor 23,2% acima dos R\$771,2 milhões do trimestre anterior e 11,9% acima dos R\$848,7 milhões do 2º trimestre de 2013.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.680,8 milhões no final de junho, com aumento de 9,4% em relação ao trimestre anterior e expansão de 23,0% em relação ao 2º trimestre de 2013. O saldo das operações em dólares de ACC era de R\$373,9 milhões no final de junho de 2014, contra R\$330,3 milhões no final de março, representando um aumento de 13,2% no trimestre, e R\$401,1 milhões no 2º trimestre de 2013, representando decréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período de 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões, atingiu R\$3.702,2 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$384,5 bilhões no 2º trimestre de 2014, crescimento real de 5,0% em relação ao trimestre anterior e avanço de 21,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$345,8 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 5,3% e 21,5% no comparativo com o trimestre anterior e em 12 meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$38,8 bilhões, crescimento real de 2,2% e de 16,1% em relação ao 1º trimestre de 2014 e no comparativo anual, respectivamente. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 1,8% da carteira de crédito imobiliário, estabilidade em relação ao 1º trimestre de 2014 e recuo de 0,2.p.p. em 12 meses. No 2º trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 7,7% do PIB, avanço de 1,1.p.p. nos últimos 12 meses.

A concessão de financiamentos imobiliários foi de R\$364,2 milhões no 1º semestre de 2014, valor 8,9% menor do que os R\$399,7 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, foram originados R\$160,4 milhões em financiamentos imobiliários, volume 21,3% inferior ao trimestre anterior e 28,1% abaixo do 2º trimestre de 2013, sendo: (i) R\$134,4 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$73,4 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$58,2 milhões para a aquisição de imóveis e R\$2,9 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$26,0 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização. Estas reduções decorrem do aperfeiçoamento da esteira de produção, como já ocorreu durante o processo de melhoria de outras linhas de negócio do Banco.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$644,4 milhões no final de junho deste ano. Este valor é 7,0% maior do que o saldo da carteira de R\$602,2 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 23,7% maior do que o saldo da carteira de R\$521,1 milhões no 2º trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 2º trimestre de 2014 com 1,8 milhão de plásticos. No 1º semestre de 2014, foram emitidos 79,9 mil novos cartões de crédito convencionais e 25,3 mil novos cartões de crédito consignado. No 2º trimestre de 2014, foram emitidos 42,0 mil novos cartões de crédito convencionais e 10,6 mil novos cartões de crédito consignado.

O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$740,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 15,6% maior do que no mesmo período de 2013 e 9,0% maior comparado ao trimestre anterior.

No 2º trimestre de 2014, a despesa administrativa apresentou redução de 3,2% em relação ao 1º trimestre de 2014. Já a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou aumento de 5,9% em relação ao trimestre anterior.

Seguros

No 1º semestre de 2014, os prêmios de seguros totalizaram R\$94,5 milhões, com aumento de 12,5% em relação aos R\$83,9 milhões do mesmo período de 2013. Os prêmios de seguros totalizaram R\$45,2 milhões no 2º trimestre de 2014, com redução de 8,3% em relação aos prêmios de R\$49,3 milhões do trimestre anterior e crescimento de 8,2% na comparação com o 2º trimestre de 2013, quando os prêmios totalizaram R\$41,8 milhões.

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") neste trimestre, com seus prêmios e participações no total, foram: (i) o seguro de proteção de crédito (Pan Protege), com R\$28,9 milhões e 64,0%; (ii) o seguro DPVAT, com R\$11,6 milhões e 25,6%; (iii) o seguro habitacional, com R\$2,2 milhões e 4,8%; (iv) o seguro de proteção e acidentes pessoais para cartões, com R\$1,9 milhão e 4,2%; e (v) os consórcios com R\$0,2 milhão e 0,4%.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$7,5 milhões no 2º trimestre de 2014, com aumento de 6,5% em relação ao trimestre anterior e de 1,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desta forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$24,1 milhões no trimestre, com crescimento de 34,0% se comparado ao resultado de R\$18,0 milhões do trimestre anterior, e aumento de 117,7% em relação ao resultado de R\$11,0 milhões no mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$42,1 milhões, 54,7% acima do resultado operacional de R\$27,2 milhões do mesmo período de 2013.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 2º trimestre de 2014 foi de R\$16,4 milhões. Desta forma, o resultado ficou 26,9% acima dos R\$12,9 milhões do trimestre anterior e 109,5% acima dos R\$7,8 milhões do mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o lucro líquido consolidado da Pan Seguros foi de R\$29,2 milhões, 47,6% acima do lucro líquido de R\$19,8 milhões do mesmo período de 2013.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$151,5 milhões em 30 de junho de 2014, 10,5% acima dos R\$137,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 2,2% abaixo dos R\$154,9 milhões do 1º semestre de 2013. É válido lembrar que, no 1º trimestre de 2014, foram distribuídos R\$55,0 milhões em dividendos existentes na conta de reservas estatutárias.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$18,8 bilhões em junho de 2014, 2,5% acima do saldo de R\$18,3 bilhões no final do 1º trimestre de 2014 e 9,3% acima do saldo de R\$17,2 bilhões no final do 2º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$11,2 bilhões, ou 59,6% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que correspondiam a R\$2,3 bilhões, ou 12,0% do total; (iii) as letras financeiras, que representavam R\$2,1 bilhões, ou 11,1% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,8 bilhão, representando 9,8% do total; (v) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$324,7 milhões, ou 1,7% do total e (vi) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a R\$244,8 milhões, ou 1,3% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos ("DPGE I") manteve sua trajetória de redução, terminando o 2º trimestre de 2014 em R\$216,7 milhões, 5,2% abaixo dos R\$228,7 milhões do final do 1º trimestre de 2014 e 56,3% abaixo dos R\$495,4 milhões do 2º trimestre do ano anterior.

O saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, e que o Pan não realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$244,8 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 2º trimestre apresentou uma redução importante de 33,8% em comparação ao saldo de R\$369,9 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 69,2% em relação ao saldo de R\$796,2 milhões no final do 2º trimestre de 2013.

Em 30 de junho de 2014, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 74,1%; (ii) pessoas físicas, com 16,2%; e (iii) pessoas jurídicas, com 8,3%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$784,6 milhões no 1º semestre de 2014, comparada a R\$770,4 milhões no 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, as referidas despesas alcançaram R\$390,4 milhões comparadas a R\$394,3 milhões no 1º trimestre de 2014 e aos R\$400,5 milhões no 2º trimestre de 2013, apresentando uma redução no curto e longo prazo, mantendo sua trajetória de declínio em termos reais (descontada a inflação).

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes mudanças na estrutura organizacional.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 2º trimestre de 2014 um resultado negativo de R\$70,4 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$78,6 milhões no trimestre anterior e ao resultado positivo de R\$12,7 milhões no mesmo trimestre de 2013.

Os resultados trimestrais citados são impactados pelos volumes de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Assim, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.884,4 milhões no 2º trimestre de 2014, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$876,9 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.559,2 milhões no 2º trimestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a margem financeira líquida foi de 12,1%, comparada a 11,7% no 1º trimestre de 2014 e 14,8% no mesmo trimestre de 2013.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$487,6 milhões no 1º semestre de 2014, 8,5% menor do que a despesa de R\$533,1 milhões no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$251,5 milhões, 6,6% maior do que a despesa de R\$236,0 milhões no trimestre anterior e 11,6% maior do que a despesa de R\$225,4 milhões do 2º trimestre de 2013.

O aumento da recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa contribuiu positivamente para o resultado. A receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$135,4 milhões no 1º semestre de 2014, valor 49,2% maior que os R\$90,7 milhões do mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 201

* continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco		Consolidado		Passivo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013			30/06/2014	30/06/2013		
Circulante		8.464.956	8.546.697	9.699.758	10.098.048	Circulante		12.969.730	11.664.615	14.156.897	12.374.333
Disponibilidades	5	45.596	37.517	53.810	41.724	Depósitos	17.a	9.865.285	7.405.973	9.732.014	6.808.218
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	944.677	2.249.805	925.317	2.248.513	Depósitos à vista		129.659	125.767	129.428	124.424
Aplicações no mercado aberto		806.998	2.097.134	806.998	2.097.134	Depósitos interfinanceiros		8.393.049	5.522.529	8.382.618	5.166.145
Aplicações em depósitos interfinanceiros		137.679	152.671	118.319	151.379	Depósitos a prazo		1.342.577	1.757.677	1.219.968	1.517.649
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	529.782	179.845	805.148	466.556	Captações no mercado aberto	17.b	296.597	1.437.526	296.597	1.419.908
Carteira própria	7.a	180.784	13.417	380.378	274.254	Carteira própria		296.597	614.739	296.597	614.739
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	297.293	111.955	326.941	137.827	Carteira de terceiros		-	708.215	-	690.597
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	15.573	23.727	23.360	23.727	Carteira de livre movimentação		-	114.572	-	114.572
Vinculados a prestação de garantias		36.132	30.746	74.467	30.746	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.774.093	1.597.769	2.627.319	2.238.592
Outras aplicações		-	-	2	2	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.756.877	1.584.443	2.610.103	2.197.910
Relações interfinanceiras		53.900	26.462	53.900	26.462	Recursos de debêntures		-	-	-	27.356
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.627	10.503	11.627	10.503	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.216	13.326	17.216	13.326
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.774	1.357	2.774	1.357	Relações interfinanceiras		140.023	161.726	140.023	153.863
Correspondentes no país		39.499	14.602	39.499	14.602	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.422	5.054	3.422	5.054
Operações de crédito	8	5.098.668	3.744.850	5.820.144	4.712.915	Correspondentes no país	18	136.601	156.672	136.601	148.809
Operações de crédito - setor privado		5.609.475	4.263.321	6.412.008	5.628.473	Relações interdependências		2.033	11.654	2.033	11.654
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(510.807)	(518.471)	(591.864)	(915.558)	Recursos em trânsito de terceiros		2.033	11.654	2.033	11.654
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	50.727	107.569	Obrigações por empréstimos	19.a	110.442	52.530	169.780	106.872
Operações de arrendamento a receber		-	-	60.102	132.851	Empréstimos no país		-	-	1.639	1.296
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(9.375)	(25.282)	Empréstimos no exterior		110.442	52.530	168.141	105.576
Outros créditos		1.632.834	2.193.318	1.756.242	2.326.715	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	14.683	1.721	6.953	1.721
Carteira de câmbio	9.a	387.895	417.614	387.895	417.614	Instrumentos financeiros derivativos		14.683	1.721	6.953	1.721
Rendas a receber		-	-	73	156	Outras obrigações		766.574	995.716	1.182.178	1.633.505
Negociação e intermediação de valores		1.866	3.316	2.930	5.981	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.729	5.496	8.880	5.685
Prêmios de seguros a receber		-	-	14.740	12.009	Sociais e estatutárias		-	-	-	1.813
Recebíveis imobiliários	10	-	-	49.899	45.434	Fiscais e previdenciárias	22.a	19.437	36.330	127.960	188.004
Títulos e créditos a receber	8 e 12	587.648	488.252	587.648	488.252	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	171.522	141.735
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(45.906)	(56.738)	(46.850)	(58.034)	Negociação e intermediação de valores		3.315	12.456	115.415	134.190
Diversos	12	701.331	1.340.874	759.907	1.415.303	Dívidas subordinadas	20	79.156	85.632	79.156	85.632
Outros valores e bens		159.499	114.900	234.470	167.594	Diversas	22.b	655.937	855.802	679.245	1.076.446
Outros valores e bens	13.a	80.024	126.576	129.578	161.368	Exigível a Longo Prazo		5.768.075	5.324.616	6.363.803	6.535.221
(Provisão para desvalorização)	13.a	(38.504)	(100.432)	(40.811)	(105.607)	Depósitos	17.a	1.669.334	1.396.740	1.579.259	1.337.437
Despesas antecipadas	13.b	117.979	88.756	145.703	111.833	Depósitos interfinanceiros		48.690	32.832	48.690	32.832
Realizável a Longo Prazo		11.251.967	9.767.654	12.677.660	11.025.149	Depósitos a prazo		1.620.644	1.363.908	1.530.569	1.304.605
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	51.452	169.188	36.029	34.927	Captações no mercado aberto	17.b	393.185	12.550	393.185	12.550
Aplicações no mercado aberto		-	-	-	4.166	Carteira própria		213.701	12.550	213.701	12.550
Aplicações em depósitos interfinanceiros		51.452	169.188	36.029	30.761	Carteira de terceiros		179.484	-	179.484	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	694.631	1.444.650	950.413	1.552.131	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.965.501	1.929.256	2.249.120	2.638.672
Carteira própria	7.a	234.773	588.353	471.587	635.982	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.329.776	1.289.750	1.613.395	1.985.833
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	220.753	524.012	239.721	538.807	Recursos de debêntures		-	-	-	13.333
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	117.648	225.738	117.648	235.855	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		635.725	639.506	635.725	639.506
Vinculados a prestação de garantias		121.457	106.547	121.457	141.487	Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	154.938	321.560
Operações de crédito	8	7.384.356	6.011.734	8.023.476	6.734.794	Empréstimos no país		-	-	100.000	100.000
Operações de crédito - setor privado		7.675.524	6.402.891	8.339.495	7.178.012	Empréstimos no exterior		-	-	54.938	221.560
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(291.168)	(391.157)	(316.019)	(443.218)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	55.886	9.599	55.886	1.993
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	17.459	72.636	Instrumentos financeiros derivativos		55.886	9.599	55.886	1.993
Operações de arrendamento a receber		-	-	20.686	83.325	Outras obrigações		1.684.169	1.976.471	1.931.415	2.223.009
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(3.227)	(10.689)	Fiscais e previdenciárias	22.a	30.511	599.806	151.660	764.394
Outros créditos		2.799.503	1.868.044	3.327.545	2.344.464	Negociação e intermediação de valores		-	-	2.624	6.824
Créditos específicos		-	-	2.040	3.651	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	26.239	32.631
Negociação e intermediação de valores		-	-	-	15	Dívidas subordinadas	20	1.226.521	1.219.453	1.226.521	1.219.453
Recebíveis imobiliários	10	-	-	120.637	111.564	Diversas	22.b	427.137	157.212	524.371	199.707
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	-	-	12.112	14.105	Resultados de Exercícios Futuros		1.977	2.825	1.977	2.825
Títulos e créditos a receber	8 e 12	19.670	35.529	19.670	35.529	Resultados de exercícios futuros		1.977	2.825	1.977	2.825
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(526)	-	(526)	(205)	Participação de Acionistas Minoritários		-	-	-	17
Diversos	12	2.780.359	1.832.515	3.173.612	2.179.805	Participação de acionistas minoritários		-	-	-	20
Outros valores e bens		322.025	274.038	322.738	286.197	Patrimônio Líquido		2.156.882	2.532.944	2.156.882	2.523.272
Despesas antecipadas	13.b	322.025	274.038	322.738	286.197	Capital social:	24	2.867.020	2.867.020	2.867.020	2.867.020
Permanente		1.179.741	1.210.649	302.158	312.474	De domiciliados no país		2.602.550	2.513.213	2.602.550	2.513.213
Investimentos		1.112.079	1.153.294	1.193	788	De domiciliados no exterior		264.470	353.807	264.470	353.807
Participações em controladas	14.a	1.111.260	1.152.891	-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		(15.279)	(1.354)	(15.279)	(1.354)
Outros investimentos	14.b	819	403	1.193	788	Prejuízos acumulados		(694.859)	(332.722)	(694.859)	(342.394)
Imobilizado de uso	15	35.045	15.528	63.652	23.194	Total do Passivo		20.896.664	19.525.000	22.679.576	21.435.671
Imóveis de uso		73.262	47.807	108.618	58.097						
Outras imobilizações de uso		(38.217)	(32.279)	(47.496)	(37.433)						
(Depreciações acumuladas)		32.617	41.827	237.313	288.492						
Intangível	16.b	61.911	60.029	317.700	346.003						
Ativos intangíveis		(29.294)	(18.202)	(80.387)	(57.511)						
(Amortizações acumuladas)		-	-	-	-						
Total do Ativo		20.896.664	19.525.000	22.679.576	21.435.671						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

Nota	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
Receitas de Intermediação Financeira	2.065.287	1.923.469	2.261.529	2.292.151
Rendas de operações de crédito	1.982.398	1.722.865	2.133.257	1.977.571
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	19.701	36.271
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	81.430	124.707	107.112	202.412
Resultado de operação de câmbio	1.459	75.897	1.459	75.897
Despesas da Intermediação Financeira	(1.312.452)	(1.124.039)	(1.413.320)	(1.257.246)
Operações de captação no mercado	(758.835)	(618.779)	(801.864)	(653.557)
Operações de empréstimos e repasses	(15.594)	(7.395)	(12.036)	(49.212)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(92.024)	(36.250)	(111.867)	(21.362)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(445.999)	(461.615)	(487.553)	(533.115)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	752.835	799.430	848.209	1.034.905
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(986.706)	(840.543)	(1.068.614)	(938.924)
Receitas de prestação de serviços	165.116	164.602	175.929	187.210
Resultado de equivalência patrimonial	9.935	40.110	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	-	-	92.447	60.317
Despesas de sinistros retidos	-	-	(28.427)	(25.104)
Despesas de pessoal	(101.517)	(86.326)	(209.987)	(202.310)
Outras despesas administrativas	(629.482)	(619.263)	(609.780)	(622.351)
Despesas tributárias	(58.787)	(71.399)	(92.217)	(105.420)
Outras receitas operacionais	40.709	114.071	52.265	137.880
Outras despesas operacionais	(412.680)	(382.338)	(448.844)	(369.146)

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacionais e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. Ainda como estratégia de negócio e alternativa de "funding" para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g), bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.344	51,00	33.114.219	13,65	182.270.563	34,06
Caixa Participações S.A. - CaixaPar	143.307.048	49,00	54.802.722	22,59	198.109.770	37,02
Conselho de Administração	5	—	105	—	110	—
Mercado	3	—	154.695.629	63,76	154.695.632	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único. A referida carteira na época conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado. A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN. Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
 - CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
 - CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
 - CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30/06/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 04/08/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	30/06/2014	30/06/2013
Controladas diretas:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Qurinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99

Entidades de Propósitos Específicos - EPEs:

Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa CDC FIDC") (a) (b)	—	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa Master CDC FIDC") (a) (b)	—	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07; e
(b) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras obrigações - diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de operações de crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica "Operações de captação no mercado". A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", foi eliminada contra a rubrica "Operações de captação no mercado", com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Resultado de operações de arrendamento mercantil".
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDCs") - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs era a de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes. Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108 % do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 30/06/2013 o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 228.183 de um total em R\$ 228.183.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs foi reconhecida até janeiro de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 5.006 no 1º semestre de 2013), registrada contabilmente na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", na demonstração de resultado individual - e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 30/06/2014 e 30/06/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (1)		Caixa Master CDC FIDC (1)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ativo				
Disponibilidades	—	11	—	14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	6.290	—	11.328
Direitos creditórios	—	124.172	—	694.287
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	(62.124)	—	(327.608)
Outros valores	—	117	—	370
Total do Ativo	—	68.466	—	378.391
Passivo				
Outras obrigações	—	38	—	174
Patrimônio líquido	—	68.428	—	378.217
- Cotas seniores	—	20.501	—	150.034
- Cotas subordinadas	—	47.927	—	228.183
Total do Passivo	—	68.466	—	378.391

(1) Fundo encerrado em 20/01/2014.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

	30/06/2014		30/06/2013	
	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido (1)	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido
Banco PAN individual	2.156.882	(152.180)	2.532.944	(19.089)
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:				
Lucro não realizado nas cessões	—	13.033	(29.005)	137.877
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	—	(7.711)	12.885	(19.807)
Efeitos tributários	—	(2.129)	6.448	(47.228)
Banco PAN consolidado	2.156.882	(148.987)	2.523.272	51.753

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 30/06/2013 o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 276.110, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices com prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou futuras dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- Swap: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" em contas de receita ou despesa, no resultado;
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge" de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de "hedge" têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

- Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplem o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ações pagas por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos.

A amortização é calculada pelo método linear, com base

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

	30/06/2014							
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Ativo								
Circulante	9.328.439	236.816	3.396	127.348	134.217	118.554	(249.012)	9.699.758
Realizável a longo prazo	12.183.108	151.402	37.347	264.932	99.304	31.642	(90.075)	12.677.680
Permanente	1.141.323	53.316	117	488	25.744	545.574	(1.464.404)	302.158
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 30/06/2013	21.327.619	424.800	47.320	564.484	252.156	849.681	(2.030.389)	21.435.671
Passivo								
Circulante	13.960.482	208.961	11.039	183.580	41.529	318	(249.012)	14.156.897
Exigível a longo prazo	6.313.319	36.389	11.141	68.256	17.955	6.818	(90.075)	6.363.803
Resultado de períodos futuros	1.977	-	-	-	-	-	-	1.977
Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.377.092	196.184	18.680	140.932	199.781	688.634	(1.464.421)	2.156.882
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 30/06/2013	21.327.619	424.800	47.320	564.484	252.156	849.681	(2.030.389)	21.435.671

- (1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
(2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.;
(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
(5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
(6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	30/06/2014							
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
- Receitas da intermediação financeira	2.199.676	13.894	1.019	46.485	10.025	676	(10.246)	2.261.529
- Despesas da intermediação financeira	(1.413.659)	-	-	(9.907)	-	-	10.246	(1.413.320)
Resultado bruto da intermediação financeira	786.017	13.894	1.019	36.578	10.025	676	(10.246)	848.209
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.067.684)	34.263	(1.492)	(8.589)	(8.570)	(6.918)	(9.624)	(1.068.614)
- Resultado de equivalência patrimonial	13.826	-	-	-	-	-	(5.374)	(8.452)
- Resultado não operacional	(27.385)	-	1	(935)	19	(5)	-	(28.305)
- Provisão para IR e CSLL	123.205	(18.914)	168	(6.198)	(674)	2.134	-	99.721
- Minoritário	2	-	-	-	-	-	-	2
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/06/2014	(172.019)	29.243	(304)	20.856	800	(9.487)	(18.076)	(148.987)
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/06/2013	48.400	19.809	1.026	29.585	903	15.071	(63.041)	51.753

- (1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
(2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.;
(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
(5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
(6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades em moeda nacional	40.717	20.407	48.931	24.614
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.879	17.110	4.879	17.110
Total de disponibilidades (caixa)	45.596	37.517	53.810	41.724
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	806.998	1.475.467	806.998	1.475.467
Total de caixa e equivalentes de caixa	852.594	1.512.984	860.808	1.517.191

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	30/06/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	428.000	-	-	-	-	428.000
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	199.515	-	-	-	-	199.515
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	179.483	-	-	-	-	179.483
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.514	8.475	28.924	96.766	51.452	189.131
Total	810.512	8.475	28.924	96.766	51.452	996.129

Banco	30/06/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.136.228	-	-	-	-	1.136.228
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.999	46.740	60.219	-	-	110.958
Subtotal	1.140.227	46.740	60.219	-	-	1.247.186
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	138.026	75.176	520.437	-	-	733.639
Subtotal	138.026	75.176	520.437	-	-	733.639
Posição Vendida						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	75.298	41.011	-	-	116.309
Subtotal	-	75.298	41.011	-	-	116.309
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.555	15.031	81.607	43.478	169.188	321.859
Total	1.290.808	212.245	703.274	43.478	169.188	2,419.993

Consolidado	30/06/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	428.000	-	-	-	-	428.000
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	199.515	-	-	-	-	199.515
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	179.483	-	-	-	-	179.483
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.468	7.349	27.996	79.506	36.029	154.348
Total	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	961.346

Consolidado	30/06/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.136.228	-	-	-	-	1.136.228
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.999	46.740	60.219	-	-	110.958
• Debêntures	-	-	-	-	4.166	4.166
Subtotal	1.140.227	46.740	60.219	-	4.166	1,251.352
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	138.026	75.176	520.437	-	-	733.639
Subtotal	138.026	75.176	520.437	-	-	733.639
Posição Vendida						
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	75.298	41.011	-	-	116.309
Subtotal	-	75.298	41.011	-	-	116.309
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.421	15.031	81.573	42.354	30.761	182.140
Total	1,290,674	212,245	703,274	42,354	34,927	2,283,440

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	5.498	4.525	5.498	4.968
- Posição financiada	13.228	16.799	13.228	16.799
- Posição vendida	-	44.248	-	44.248
Subtotal	18.726	65.572	18.726	66.015
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	10.114	15.924	7.632	9.644
Total (nota 7d)	28.840	81.496	26.358	75.659

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2014 e em 30/06/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	2.360	5.366
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	31.429	10.645
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	118.313	224.197
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	243.994	209.798	419.938	464.238
Notas do Tesouro Nacional - NTN	170.729	115.061	170.729	115.061
Cotas de Fundos de Investimento (1)	537	276.620	108.899	90.438
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	297	291	297	291
Subtotal	415.557	601.770	851.965	910.236
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	260.225	300.172	275.350	300.172
Notas do Tesouro Nacional - NTN	257.821	335.795	257.821	335.795
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	20.149	30.060
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	13.342	10.607
Subtotal	518.046	635.967	566.662	676.634
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	131.089	137.293	169.424	172.233
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	26.500	-
Subtotal	131.089	137.293	195.924	172.233
Outras aplicações	-	-	2	2
Subtotal	-	-	2	2
Total de títulos e valores mobiliários	1,091,192	1,375,030	1,614,553	1,759,105
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de "swap"	133.221	249.465	141.008	259.582
Total de instrumentos financeiros derivativos	133.221	249.465	141.008	259.582
Total geral	1,224,413	1,624,495	1,755,561	2,018,687

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (ii)	537	510	537	

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/Posição:	Consolidado 30/06/2014								Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo		
Swap										
Posição ativa:	1.901.720	184	339	12.241	10.596	117.648	141.008	127.388	13.620	
- Dólar	1.622.212	-	28	10.736	9.470	117.648	137.882	123.565	14.317	
- CDI	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)	
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-	
- CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)	
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição passiva:	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420	
- CDI	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196	
- Dólar	42.005	-	-	-	(437)	(1.195)	(1.632)	(1.185)	(447)	
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)	
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	221	(32)	(189)	
Contratos futuros										
Posição ativa	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-	
- DDI	729.050	489	-	-	-	-	489	489	-	
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-	
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-	
Posição passiva	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-	
- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-	
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-	
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-	
Total a receber líquido	(2.876)	(1.513)	11.689	7.658	61.762	76.720	56.680	20.040		

Instrumento/Posição:	Consolidado 30/06/2013								Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo		
Swap										
Posição ativa:	1.784.831	1.289	1.836	9.999	10.603	235.855	259.582	213.289	46.293	
- CDI	131.666	-	8	38	-	111	157	407	(250)	
- Dólar (I)	1.519.660	1.289	1.828	9.961	10.603	225.627	249.308	203.716	45.592	
- CDI	4.667	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Dólar	128.838	-	-	-	-	10.117	10.117	9.166	951	
Posição passiva:	1.784.831	(335)	(362)	(37)	(901)	(1.993)	(3.628)	(2.340)	(1.288)	
- Dólar	131.666	(325)	(340)	-	(816)	(1.924)	(3.405)	(2.142)	(1.263)	
- CDI (I)	1.519.660	-	-	-	-	-	-	-	-	
- IGPM	4.667	(10)	(22)	(37)	(85)	(69)	(223)	(198)	(25)	
- CDI	128.838	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contratos futuros										
Posição ativa	2.589.503	3.305	-	-	-	-	3.305	3.305	-	
- DDI	701.760	1.881	-	-	-	-	1.881	1.881	-	
- Dólar	134.079	312	-	-	-	-	312	312	-	
- DI1	1.753.664	1.112	-	-	-	-	1.112	1.112	-	
Posição passiva	2.589.503	(12.342)	-	-	-	-	(12.342)	(12.342)	-	
- DDI	701.760	(10.549)	-	-	-	-	(10.549)	(10.549)	-	
- Dólar	134.079	(1.793)	-	-	-	-	(1.793)	(1.793)	-	
- DI1	1.753.664	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termo de moeda										
Posição vendida	10.224	-	-	(86)	-	-	(86)	368	(454)	
Dólar	10.224	-	-	(86)	-	-	(86)	368	(454)	
Posição comprada	10.224	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pré	10.224	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total a receber líquido	(8.083)	1.474	9.876	9.702	233.862	246.831	202.280	44.551		

Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de Euro Medium-Term Notes e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificados como "hedge" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge, está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	30/06/2014			30/06/2013		
	Reculta	Despesa	Líquido	Reculta	Despesa	Líquido
Banco	197.202	(313.675)	(116.473)	253.163	(231.278)	21.885
Contratos futuros	401.853	(377.782)	24.071	9.257	(32.507)	(23.250)
Termo de moeda	400	(22)	378	195.729	(230.614)	(34.885)
Total	599.455	(691.479)	(92.024)	458.149	(494.399)	(36.250)

	30/06/2014			30/06/2013		
	Reculta	Despesa	Líquido	Reculta	Despesa	Líquido
Consolidado	200.226	(336.542)	(136.316)	293.226	(256.453)	36.773
Contratos futuros	401.853	(377.782)	24.071	9.257	(32.507)	(23.250)
Termo de moeda	400	(22)	378	195.729	(230.614)	(34.885)
Total	602.479	(714.346)	(111.867)	498.212	(519.574)	(21.362)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Títulos de renda fixa	52.368	38.205	80.754	126.753
Resultado com cotas subordinadas	222	5.006	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	28.840	81.496	26.358	75.659
Total	81.430	124.707	107.112	202.412

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2014 e 30/06/2013, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco			
	30/06/2014		30/06/2013	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	55,44	6.755.771	58,37
Empréstimo em consignação	2.268.776	15,88	1.412.238	12,20
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	600.941	4,21	650.030	5,62
Capital de giro	1.705.022	11,93	1.221.562	10,55
Financiamentos habitacionais	6.894	0,05	-	-
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,08	34.849	0,30
Renegociações	47.177	0,33	28.220	0,24
Conta garantida	49	-	542	-
Crédito pessoal	78.263	0,55	87.615	0,76
Títulos descontados	6	-	1.432	0,01
Cheque especial	277	-	288	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,50	470.950	4,07
Outros	551	-	2.715	0,02
Total das operações de crédito	13.284.999	92,97	10.666.212	92,14
Outros créditos (2)	607.318	4,25	523.781	4,53
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	397.047	2,78	384.987	3,33
Total	14.289.364	100,00	11.574.980	100,00

- (1) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;
- (2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e
- (3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como reductor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

	Consolidado			
	30/06/2014		30/06/2013	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	50,03	7.532.853	54,07
Operações de arrendamento mercantil (1)	80.788	0,51	216.175	1,55
Empréstimo em consignação	2.268.776	14,33	1.412.238	10,14
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	197.209	1,25	182.457	1,31
Financiamentos habitacionais	866.599	5,47	882.299	6,33
Empréstimos com garantia imobiliária	409.590	2,59	298.435	2,14
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	600.941	3,79	650.030	4,67
Capital de giro	1.705.022	10,77	1.221.562	8,77
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,07	34.849	0,25
Renegociações	47.177	0,30	28.220	0,20
Conta garantida	49	-	542	-
Crédito pessoal	78.263	0,49	87.615	0,63
Títulos descontados	6	-	1.432	0,01
Cheque especial	277	-	288	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,06	470.950	3,38
Outros	551	-	2.715	0,02
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.832.291	93,66	13.022.660	93,48
Outros créditos (3)	607.318	3,83	523.781	3,76
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	397.047	2,51	384.987	2,76
Total	15.836.656	100,00	13.931.428	100,00

- (1) Registrado a valor presente;
- (2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;
- (3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e
- (4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como reductor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Banco 30/06/2014								Total
	A vencer								
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.444	966.335	300.895	288.243	829.207	1.499.982	6.049.364	9.939.470	
B	70.959	91.790	113.708	141.622	302.656	535.163	830.282	2.086.180	
C	57.113	77.711	41.907	37.044	168.199	277.976	322.994	982.944	
D	54.168	16.800	19.947	8.009	29.602	52.828	174.854	355.488	
E	38.392	7.729	3.691	3.804	11.605	22.759	72.230	160.210	
F	54.221	6.234	3.039	3.168	9.529	19.050	59.637	154.878	
G	46.903	4.532	2.272	2.298	6.905	13.560	39.487	115.957	
H	221.600	20.743	9.800	9.802	29.251	56.200	146.841	494.237	
Total	548.800	1.191.154	495.259	493.990	1.386.954	2.477.518	7.695.689	14.289.364	

Rating	Banco 30/06/2013								Total
	A vencer								
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-								

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Concentração das operações de crédito:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Maiores Devedores								
10 maiores devedores	393.606	2,75	287.748	2,49	401.267	2,53	336.637	2,42
50 seguintes maiores devedores	995.713	6,97	738.793	6,38	1.100.043	6,95	854.975	6,14
100 seguintes maiores devedores	993.131	6,95	840.302	7,26	1.149.525	7,26	992.874	7,13
Demais devedores	11.906.914	83,33	9.708.137	83,87	13.185.821	83,26	11.746.942	84,31
Total	14.289.364	100,00	11.574.980	100,00	15.836.656	100,00	13.931.428	100

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

Cessão sem coobrigação

No semestre findo em 30/06/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)		
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	107.010	
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	242.660	
Financiamentos habitacionais	94.565	92.763	1.802	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	11.028	231	
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	262.179	16.714	
Total	3.152.788	2.784.371	368.417	

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)		
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	107.010	
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	242.660	
Financiamentos habitacionais	94.565	87.862	6.703	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	10.464	795	
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339	
Total	3.152.788	2.761.281	391.507	

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)		
Crédito direto ao consumidor	1.691.467	1.543.049	148.418	
Empréstimo em consignação	1.485.153	1.169.959	315.194	
Financiamentos habitacionais	52.512	39.215	13.297	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	3.158	2.349	809	
Empréstimos com garantia imobiliária	276.516	206.528	69.988	
Total	3.508.806	2.961.100	547.706	

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)		
Crédito direto ao consumidor	1.691.467	1.543.049	148.418	
Empréstimo em consignação	1.485.153	1.169.959	315.194	
Financiamentos habitacionais	52.516	37.041	15.475	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	3.160	2.219	941	
Empréstimos com garantia imobiliária	276.540	195.081	81.459	
Total	3.508.836	2.947.349	561.487	

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

Cessão com coobrigação

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 244.835 (R\$ 796.222 em 30/06/2013), no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 258.226 (R\$ 882.154 em 30/06/2013), no Banco PAN e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.909 (R\$ 185.216 em 30/06/2013), no Banco PAN e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	368.417	547.706	391.507	561.487
Cartão de crédito	173.360	151.129	173.360	151.129
Crédito direto ao consumidor	826.806	606.169	827.273	750.788
Empréstimos em consignação	241.734	166.117	241.734	166.117
Crédito pessoal	18.225	22.525	18.225	22.525
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	121.334	76.605	135.393	90.737
Direitos creditórios	1.806	4.728	1.806	4.728
Renegociações	2.158	2.158	1.499	1.499
Financiamento à exportação	113.342	71.206	113.342	71.206
Habitacionais	300	207	87.488	56.154
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	10.324	9.895
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	25.118	26.864
Capital de giro	112.418	72.967	112.418	72.967
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	10.314	25.739
Outras	2.498	2.007	2.498	2.007
Total	1.982.398	1.722.865	2.152.958	2.013.842

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil;

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	30/06/2014	30/06/2013
Banco e Consolidado		
Ativo - Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	373.917	401.128
Rendas a receber	13.978	16.486
Total do Ativo	387.895	417.614
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	383.069	368.501
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.069)	(368.501)
Total do Passivo	-	-
b) Resultado de operação de câmbio:		
Banco e Consolidado		
Rendas de financiamento à exportação	136.860	17.221
Variação cambial	(135.401)	56.193
Outros	-	2.483
Total	1.459	75.897

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	30/06/2014	30/06/2013
Consolidado					
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	8.681	11.462
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM/TR e sem correção monetária	0 até 18,33	161.855	145.536
Total				170.536	156.998

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

	30/06/2014	30/06/2013
Consolidado		
Disponibilidades	31.714	29.470
Aplicações financeiras	130.342	162.359
Recebíveis imobiliários (1)	9.807.532	8.867.994
Outros ativos	18.837	9.395
Total do Ativo	9.988.425	9.069.218
Certificados de recebíveis imobiliários (2)	9.887.161	9.003.093
Outros passivos	89.152	52.020
Total do Passivo	9.976.313	9.055.113
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.112	14.105

(1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 19,80% a.a. (30/06/2013 - 0,00% a.a. a 19,7988% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;

(2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,07% a.a. a 77,50% a.a. (30/06/2013 - 3,0687% a.a. a 77,5036% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do 1º semestre de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 125.976 mil (30/06/2013 - R\$ 787.763) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 485 mil (30/06/2013 - R\$ 3.139).

c) Em 30/06/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.044 mil, que corresponde a 2,14% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS (1)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Créditos tributários (Nota 34b)	2.579.369	2.518.885	2.923.989	2.860.032
Títulos e créditos a receber (2)	607.318	523.781	607.318	523.781
Imposto de renda a compensar	294.449	288.308	366.597	356.136
Valores a receber por cessão de créditos	317.240	136.580	317.240	136.749
Depósitos judiciais e fiscais	134.021	75.318	167.949	102.721
Valores a receber de sociedades ligadas	40.103	35.394	14.484	-
Valores a receber de empréstimos consignados (3)	33.591	37.065	33.591	37.065
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	4.283	-	5.059	-
Cartões de crédito (4)	288	15.557	288	15.557
Adiantamentos e antecipações salariais	210	-	1.267	-
Outros	78.136	66.282	103.055	86.848
Total	4.089.008	3.697.170	4.540.837	4.118.889

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(3) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2014 é R\$ 11.901 (R\$ 24.712 em 30/06/2013); e

(4) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Valor Residual			
	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Veículos	23.261	(8.742)	14.519	20.402
Veículos em regime especial	34.568	(29.707)	4.861	5.139
Imóveis	21.755	(55)	21.700	68
Total dos bens não de uso próprio	79.584	(38.504)	41.080	25.609
Outros bens	440	-	440	535
Total de outros valores e bens	80.024	(38.504)	41.520	26.144

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	429.777	330.835	432.637	352.504
Gastos na emissão de títulos no exterior	9.549	31.355	9.749	31.425
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	23.888	12.834
Outras	678	604	2.167	1.267
Total	440.004	362.794	468.441	398.030

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	Saldo dos Investimentos		Equivalência Patrimonial		
			ON	Cotas			30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	
			Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521			56.262	11	-	99,970%	(7.731)
PAN Seguros S.A. (1)(3)(4)	71.256	151.458	339.207	106	-	99,999%	25.260	154.907	25.260	17.226	
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	5.061	10.370	-	-	5,061	99,999%	(2.098)	10.370	34.850	(2.098)	7.556
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)	306	9.726	-	-	306	99,999%	3.984	9.726	4.736	3.984	2.583
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1)(3)(5)(6)(7)	867.543	788.602	151.656	31.431	-	100,000%					

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

26) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Proventos	68.550	56.099	131.117	124.158
Encargos Sociais	16.363	12.493	39.101	34.082
Honorários	9.394	9.512	8.200	16.866
Benefícios	5.550	7.324	28.652	26.131
Outros	1.660	898	2.917	1.073
Total	101.517	86.326	209.987	202.310

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	386.582	377.691	311.200	308.075
Serviços de terceiros	65.590	61.125	90.447	86.569
Processamento de dados	39.049	24.728	41.022	26.309
Serviços do sistema financeiro	39.633	32.417	40.995	43.216
Comunicações	19.924	19.108	21.766	23.176
Taxas e emolumentos	12.897	15.884	13.176	16.442
Propaganda, promoções e publicidade	8.097	15.862	12.464	20.752
Aluguéis	16.283	13.074	24.437	23.415
Transporte	3.007	3.083	3.595	4.588
Depreciação e amortização	10.261	7.285	14.698	9.491
Viagens	2.309	2.014	3.500	3.701
Manutenção e conservação de bens	2.939	3.648	5.334	5.732
Despesas com busca e apreensão de bens	4.268	11.894	4.272	12.000
Materiais de consumo	283	357	427	484
Administração de fundos	-	-	67	1.373
Outras	18.360	31.093	22.360	37.028
Total	629.482	619.263	609.780	622.351

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiroiro do Sul S.A. no montante de R\$ 5.544 mil (nota 1).

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Contribuição à Cofins	42.813	51.220	61.815	70.383
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.808	7.445	15.341	17.472
Contribuição ao PIS	6.957	8.331	10.586	11.997
Impostos e taxas	1.209	4.403	4.475	5.568
Total	58.787	71.399	92.217	105.420

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Amortização do deságio - BCS (1)	8.660	3.332	8.660	3.332
Recuperação de encargos e despesas	4.757	4.663	5.388	9.494
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	1.238	3.008	1.238	3.008
Taxa de Registro de Cartórios - CDC (2)	58	15.798	58	15.798
Reversão de provisões	-	64.974	652	70.217
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	3.447	-
Outras	25.996	22.296	32.822	36.031
Total	40.709	114.071	52.265	137.880

(1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiroiro do Sul S.A. (Nota 1).
(2) A partir de abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o banco.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Cessão de operações de crédito	182.170	159.785	169.605	108.549
Constituição de provisões	62.772	106.317	84.609	116.159
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	20.873	13.693	20.888	13.730
Outras despesas financeiras	97.097	48.271	105.564	51.490
Impairment de ativos	-	16.593	-	18.349
Descontos concedidos	14.987	13.242	16.423	15.864
Amortização de ágio	5.822	5.822	12.526	12.526
Administração de Apólice de Seguros	-	-	148	-
Gravames	9.745	9.966	9.752	9.979
Outras	19.214	8.649	29.329	22.500
Total	412.680	382.338	448.844	369.146

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(43.025)	(24.806)	(44.146)	(24.222)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	14.743	(7.120)	15.566	(6.682)
Resultado na alienação de imobilizado	2	22	2	22
Outros	39	-	273	-
Total	(28.241)	(31.904)	(28.305)	(30.882)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) Tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ativo	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)	-	138.026	2.360	3.668
Banco BTG Pactual S.A.	428.000	-	1.163	930
Caixa Econômica Federal	34.783	139.753	2.523	6.280
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	762.783	277.779	6.046	10.878
Títulos e valores mobiliários (b)	-	47.927	-	6.449
Caixa CDC FIDC	-	228.183	-	(9.770)
Caixa Master CDC FIDC	-	-	-	8.327
FIDC F BP Financeiro	-	-	-	(2.299)
Banco BTG Pactual S.A.	-	94.609	-	2.707
Cessão de crédito (c)	308.867	112.947	-	-
Caixa Econômica Federal	308.867	112.947	-	-
Outros créditos (d)	14.204	584	-	-
Caixa Econômica Federal	-	64	-	-
PAN Seguros S.A. - JCP	68	30.817	-	-
PAN Seguros S.A.	10	14	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	68	30.817	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	6.481	171	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	24	29	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	25	29	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	21	30	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. - Dividendos	17.000	-	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	19	29	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	2.181	94	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	-	3.533	-	-
Total	40.008	35.394	-	-
Depósitos à vista (e)	(11)	(6)	-	-
PAN Seguros S.A.	(7)	(8)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(5)	(37)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(188)	(28)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(11)	(11)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(2)	(1)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(2)	-	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(3)	(1.277)	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(1)	(7)	-	-
Brazilian Mortgages Cia. Hipotecária	(1)	(3)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(1)	(3)	-	-
Pessoal chave da administração	(231)	(1.378)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)	(2.786.458)	(1.506.046)	(100.824)	(46.200)
Banco BTG Pactual S.A.	(5.474.370)	(3.576.361)	(258.058)	(98.337)
Caixa Econômica Federal	(10.431)	(356.383)	(6.513)	(12.242)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(8.271.259)	(5.438.790)	(365.393)	(156.779)
Depósitos a prazo (g)	(7.313)	(5.628)	(278)	(139)
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(19.805)	(27.888)	(1.019)	(971)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(18.172)	(25.787)	(910)	(626)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(13.790)	(106.346)	(717)	(3.919)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(3.368)	(4.848)	(175)	(1.031)
Brazilian Finance Real Estate	(140.740)	(126.901)	(6.692)	(5.063)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(9.495)	(1.933)	(453)	(1.386)
Ourinvest Real Estate Holding	(212.683)	(299.331)	(10.244)	(13.135)
Obrigações por operações compromissadas (h)	-	-	(1.281)	(1.400)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(368)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(222)
Caixa CDC FIDC	-	-	-	(419)
Caixa Master CDC FIDC	-	-	-	(2.409)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)	(385.958)	(241.752)	(19.783)	-
Banco BTG Pactual S.A.	(10.337)	-	(337)	-
Caixa Econômica Federal	(25.186)	(68.913)	(1.140)	(283)
Pessoal-chave da administração	(421.481)	(310.655)	(21.260)	(283)
Instrumentos Financeiros Derivativos (j)	(7.508)	(7.606)	(687)	6.977
Brazilian Securities Companhia de Securitização	64.086	-	156.120	-
Banco BTG Pactual S.A.	56.578	(7.606)	156.807	6.977
Outras Obrigações (k)	-	(38.024)	-	-
Caixa Econômica Federal	-	(8.634)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	(8.854)	-	-
PAN Seguros S.A.	(90)	(833)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(5.213)	(5.122)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(2.706)	(1.168)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	(6)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	(1.025)	-
Total	(8.250)	(62.641)	(16.591)	(102.394)
Resultado obtido na cessão de crédito (o)	-	-	368.417	547.706
Caixa Econômica Federal	-	-	368.417	547.706

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
(d) Refere-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;
(e) Refere-se ao saldo de contas-correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
(g) Refere-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados na Caixa Econômica Federal;
(h) Refere-se a operações compromissadas com ligadas;
(i) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
(j) Refere-se a operações de Swap;
(k) Refere-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;
(l) Refere-se comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;
(m) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores;
(n) Refere-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas; e
(o) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

Aplicação interfinanceira de liquidez (b)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Banco BTG Pactual S.A.	-	138.026	2.360	3.668
Caixa Econômica Federal	428.000	-	1.163	930
Total	428.000	138.026	3.523	4.598

Títulos e valores mobiliários (c)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Banco BTG Pactual S.A.	-	94.609	-	(2.299)
Total	-	94.609	-	(2.299)

Cessão de crédito (d)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Caixa Econômica Federal	308.867	112.947	-	-
Total	308.867	112.947	-	-

Outros créditos (e)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Caixa Econômica Federal	14.204	584	-	-
Total	14.204	584	-	-

Depósitos interfinanceiros (f)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Banco BTG Pactual S.A.	(2.786.458)	(1.506.046)	(100.824)	(46.200)
Caixa Econômica Federal	(5.474.370)	(3.576.361)	(258.058)	(98.337)
Total	(8.260.828)	(5.082.407)	(358.882)	(144.537)

Obrigações por operações compromissadas (g)

	Consolidado		30/06/2013	30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2013		
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.281)	(1.400)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Risco de Liquidez
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho e elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fluxos de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.
O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Risco Operacional
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.
Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Valor de Mercado
O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado			Consolidado		
	30/06/2014	30/06/2013	Resultado	30/06/2014	30/06/2013	Resultado
	Valor Contábil	Valor de Mercado	não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.614.553	1.609.323	(5.230)	1.759.105	1.737.708	(21.397)
- Ajuste de títulos para negociação	152.527	152.527	-	342.079	342.079	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	974.712	974.712	-	979.725	979.725	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	487.314	482.084	(5.230)	437.301	415.904	(21.397)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.836.656	16.440.132	603.476	13.931.428	14.238.117	306.689
Depósitos a prazo	2.750.537	2.936.938	(186.401)	2.822.254	4.132.969	(1.310.715)
Depósitos Interfinanceiros	8.431.308	8.255.500	176.258	5.198.977	5.930.955	(731.978)
Recursos de emissão de títulos	4.876.439	4.441.961	434.478	4.877.264	4.259.360	617.904
Obrigações por empréstimos	324.718	336.731	(12.013)	428.432	331.945	96.487
Dívidas Subordinadas	1.305.677	1.674.860	(369.183)	1.305.085	1.606.098	(301.013)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			641.385			(1.344.023)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:
- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No semestre findo em 30/06/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 283 no Banco PAN e R\$ 295 no Consolidado (R\$ 306 no Banco PAN e R\$ 338 no Consolidado no semestre findo em 30/06/2013).
Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição.
Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totais no semestre findo em 30/06/2014 a R\$ 9.980 no Banco PAN e R\$ 29.425 no Consolidado.

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Banco	
	30/06/2014	30/06/2013
Alíquota efetiva (1)	(262.112)	(73.017)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	104.845	29.207
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	3.974	16.044
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	(3.874)
Outros valores	1.113	12.551
Receita de imposto de renda e contribuição social do período	109.932	53.928

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	(248.710)	65.099
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	96.603	(23.803)
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	(3)	676
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	(3.322)
Outros valores	3.121	13.102
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social do período	99.721	(13.347)

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e de Seguros e as empresas dos demais segmentos; e
(2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	976.394	180.683	(42.212)	1.114.865
Provisão para contingências cíveis	59.348	16.438	(15.505)	60.281
Provisão para contingências trabalhistas	16.972	9.315	(3.091)	23.196
Provisão para contingências tributárias	1.263	27	(3)	1.287
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.610	18.950	(23.158)	15.402
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	20.457	-	(16.703)	3.754
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	13.226	8.520	(13.655)	8.091
Outras provisões	72.364	7.917	(14.114)	66.167
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.179.634	241.850	(128.441)	1.293.043
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.287.348	-	(1.022)	1.286.326
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.466.982	241.850	(129.463)	2.579.369

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.962	192.141	(57.823)	1.168.280
Provisão para contingências cíveis	65.325	19.412	(16.816)	67.921
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	21.161	361	-	21.522
Provisão para contingências trabalhistas	23.016	13.605	(3.446)	33.175
Provisão para contingências tributárias	8.500	4.560	(3)	13.057
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	19.407	(23.556)	16.850
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.205	4.040	(20.768)	14.477
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	14.639	9.480	(15.477)	8.642
Outras provisões	91.751	20.240	(24.959)	87.032
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.310.558	283.246	(162.848)	1.430.956
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.497.901	2.921	(7.789)	1.493.033
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.810.588	286.167	(172.766)	2.923.989
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(145.271)	-	(22.917)	(122.354)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.665.317	286.167	(149.849)	2.801.635

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:
A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 04/08/2014.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA			CONSELHO FISCAL			COMITÊ DE AUDITORIA		
Presidente			Diretor Presidente			Presidente			Presidente		
Jorge Fontes Hereda			José Luiz Acar Pedro			Marcelo Adilson Tavarone Torres			Adilson Rodrigues Ferreira		
Vice - Presidente			Diretores			Marluce dos Santos Borges			Almir José Meireles		
André Santos Esteves			Alex Sander Moreira Gonçalves			Paulo Roberto Salvador Costa			Marcelo Yugue		
Conselheiros			Carlos Eduardo Pereira Guimarães			Jose Luiz Trevisan Ribeiro (1)					
José Luiz Acar Pedro			Eduardo Almeida Prado			Leandro de Azambuja Micotti					
Fabio Lenza			Eduardo Nogueira Domeque			Maurício Antônio Quarezemini					
Marcos Roberto Vasconcelos						Paulo Alexandre da Graça Cunha					
Antonio Carlos Porto Filho											
Mateus Afonso Bandeira											
Fabio de Barros Pinheiro											
Marcos Antônio Macedo Cintra											
Roberto Balls Sallouti											

(1) Homologado pelo BACEN em 07/08/2014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Créditos tributários diferidos
Conforme descrito na nota 34, existem em 30 de junho de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do

crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em junho de 2014 e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2014

Ademais, promoveu encontros sistemáticos com as auditorias interna e independente para saber do escopo dos seus trabalhos, conhecer eventuais fragilidades e debater os pontos de atenção de trabalhos anteriores, visando conhecer o nível de aprimoramento da política de controles e do envolvimento da administração na efetivação de medidas corretivas, com destaque aos apontamentos da autoridade supervisora.
No tocante aos debates que antecederam ao fechamento das demonstrações contábeis, o Comitê dedicou especial atenção ao volume de créditos tributários ativados, frente à expectativa da formação de resultados tributários nos próximos dez exercícios. Tal registro encontra-se suportado por estudo técnico de viabilidade da sua realização, aprovado pela Administração, continuando, portanto, dependente em boa parte da confirmação das premissas econômicas utilizadas e do atingimento dos volumes de produção considerados.
Efetuadas tais considerações e limitando suas responsabilidades ao quanto exposto, o Comitê de Auditoria opina no sentido de que:
• os controles internos e de gerenciamento de riscos, em processo de revisão, muito embora não comprometidos em sua efetividade, possuem deficiências que necessitam de providências regularizadoras, assim como maior abrangência na formalização das políticas, especialmente às voltadas à mitigação de riscos;

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração; e
b) na reunião com os auditores externos.
Entendemos que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no semestre.

• não se verificou em relação a atuação das auditorias, interna e independente, fato relevante que tenha comprometido sua efetividade ou sua independência; e,
• as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria independente foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus principais aspectos a situação do Banco.

São Paulo (SP), 04 de agosto de 2014

ADILSON RODRIGUES FERREIRA
Presidente
MARCELO YUGUE
Membro

ALMIR MEIRELES
Membro

São Paulo, 04 de agosto de 2014

Paulo Roberto Salvador Costa
Marcelo Adilson Tavarone Torres
Marluce dos Santos Borges

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Companhia"), após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referente ao período encerrado em 30/06/2014 e com base:
a) no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 04/08/2014; com ênfase em relação aos créditos ativados que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de